



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**ABORDAGEM JORNALÍSTICA SOBRE O CRACK:
DESUMANIZAÇÃO E ESTEREOTIPIA**

MARIANA CHIARELLO DE LYRA ARAUJO

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**ABORDAGEM JORNALÍSTICA SOBRE O CRACK:
DESUMANIZAÇÃO E ESTEREOTIPIA**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

MARIANA CHIARELLO DE LYRA ARAUJO

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Junqueira

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Abordagem jornalística sobre o crack: desumanização e estereotipia**, elaborada por Mariana Chiarello de Lyra Araujo.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profª. Dra. Maria Helena Junqueira
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação .- UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Micael Herschmann
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Ilana Strozenberg
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAUJO, Mariana Chiarello de Lyra

Abordagem jornalística sobre o crack: desumanização e estereotipia. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Maria Helena Junqueira

ARAUJO, Mariana Chiarello de Lyra. **Abordagem jornalística do crack: desumanização e estereotipia.** Orientadora: Maria Helena Junqueira. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é demonstrar como os usuários de crack são representados na mídia, principalmente nos jornais. Para justificar isso, a pesquisa analisa quatro publicações de jornais diferentes (“O Globo”, “O Dia”, “O Estado de S.Paulo” e “A Folha de S.Paulo”) e se debruça sobre as teorias que fundamentam a desumanização na sociedade contemporânea. A abordagem teórica é relacionada ao retrato dos usuários pela mídia. O trabalho também contém dados sobre o crack e as crackolândias - paulista e carioca -, além de uma breve reflexão histórica sobre a legislação e o consumo de drogas no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Ana e Pedro, pela compreensão e pelo incentivo na realização deste trabalho. Pelos ensinamentos e princípios. Pela vida e por todo o amor que me proporcionaram desde sempre. Obrigada por tudo!

Aos Chiarellos, por todo cuidado, carinho e amor. Por tantos momentos divertidos em família!

À Carolina, pela amizade, pela ajuda neste trabalho e pelo companheirismo ao longo da vida.

Ao André pelo apoio, incentivo e ajuda neste trabalho. Por todo o amor e por me fazer tão bem.

À Catarina, Marilise e ao Luiz Fernando, meus presentes da ECO. Agradeço pela amizade, pelas discussões, descobertas e mudanças compartilhadas, pelas longas conversas no whatsapp e por me aceitarem tão bem!

À Maria Helena, pelo aprendizado em aula. Pelas recomendações e sugestões, por todo o acompanhamento durante o trabalho e pela dedicação.

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Desumanização na sociedade contemporânea

2.1 - Cidadania exercida através do consumo

2.2 - O mercado do medo

2.3 - Frivolidade da vida e o lixo humano

3 - A mídia e a criminalização das drogas na sociedade brasileira

3.1 - Criminalização das drogas na sociedade brasileira

3.1.1 - Modelo sanitario

3.1.2 - Modelo bélico

3.1.3 - Combate às drogas no Brasil

3.2 - Participação da imprensa na criminalização das drogas

4 - O crack no Brasil e sua abordagem midiática

4.1 - O crack

4.2 - Crack no Brasil e a formação das cracolândias

4.2.1 - Cracolândia paulista

4.2.2 - Cracolândia carioca

4.3 - Análise de reportagens sobre o crack

4.3.1 - O Dia

4.3.2 - Folha de S.Paulo

4.3.3 - O Estado de S.Paulo

4.3.4 - O Globo

5. Conclusão

1. INTRODUÇÃO

Invisível aos olhos da sociedade é o que o usuário de droga, morador de rua, é. Invisível à população, à mídia e ao governo. Ele aparece quando invade, assalta e incomoda. Ele aparece para quem o vê de perto, quem convive proximamente com a violência do descaso diariamente; para aqueles que não o vêem, sua presença se faz nos meios de comunicação, nos jornais e revistas, como mais um a cometer crimes e a prejudicar a vida social. Considerando a mídia como um elo de alcance da massa aos usuários de drogas, comentarei como esse elo é realizado através da mídia impressa.

Recordo que, quando criança, assisti a novela O Clone na qual a personagem de uma jovem menina começa a fazer uso de substâncias ilícitas, não explicitamente citadas na história, e sua vida se transforma na dependência da droga. Com fortes influências midiáticas, como o caso da novela, junto a reportagens de telejornais sobre usuários de drogas e um discurso social contra as substâncias, eu mantinha uma concepção prévia de quem são os usuários e as consequências das drogas na vida deles, principalmente em relação ao crack, muitas vezes demonizado pela mídia.

Minha concepção sobre os usuários de crack começou a mudar quando fui apresentada a um livro e a uma página no Facebook. O livro “Um preço muito alto” de Carl Hart, neurocientista, negro e pobre, que cresceu na periferia dos Estados Unidos em meio a drogas e violência. Através de um relato autobiográfico, Hart descreve o ambiente em que viveu e suas experiências, relacionando-as com suas pesquisas sobre a dependência química mostrando que fatores sociais são grandes influenciadores para a drogadição. O neurocientista defende que a dependência química da cocaína e do crack não é irreduzível e não faz o usuário um dependente cego; segundo suas pesquisas, os dependentes químicos tem capacidade de fazer escolhas no lugar da droga. Os dados das pesquisas, junto a alguns depoimentos de voluntários para os experimentos, vão de encontro ao discurso midiático sobre usuários de crack.

O “Rio Invisível”, uma página no Facebook criada a partir de uma iniciativa paulista com a mesma concepção, o “São Paulo invisível”, é um canal que busca dar voz a moradores de rua. Nesse canal o personagem é apresentado sem intervenção de quem o aborda, apenas com o seu discurso cru, tendo a liberdade para falar o que deseja: sobre

quem ele é, porque está ali ou algum outro devaneio. A página, que já tem mais de 80 mil curtidas, é uma forma de abordagem humanizada àqueles que não são tratados ou vistos por esse viés.

Essa humanização do “Rio Invisível” costuma estar ausente na grande mídia, por isso a proposta desse trabalho busca observar como e porque o tratamento dado a usuários de crack pela imprensa geralmente é realizado de maneira distanciada e fortalecendo esteriótipos. A forma de abordagem da imprensa em relação às drogas, quando com esteriótipos, reafirma concepções sobre o dependente químico que podem retirar dele oportunidades de receptividade social. Ao fortalecer a imagem do dependente químico e morador de rua que rouba para consumir mais drogas, a imprensa contribui para o medo coletivo em relação àqueles pessoas, dificultando a reinserção das mesmas na sociedade.

É importante contextualizar, por exemplo, o uso legalizado da maconha, que vem gradualmente conquistando novos países e cidades pelo mundo. Dentro desse novo julgamento da droga, a imprensa também assumiu um novo debate. Reportagens datadas condenavam o uso da substância, enquanto hoje, mesmo repórteres aparecem na televisão usando a maconha - como o caso da repórter Gloria Maria, em uma edição de junho de 2016 no programa Globo Repórter da Rede Globo. Vivemos uma época na qual o mundo já percebeu a ineficácia em tratar a questão das drogas como um caso de polícia, de criminalidade. Já se sabe que programas de apoio ao usuários como os de redução de danos apresentam mais e melhores resultados. No Brasil, apesar de ações de redução de danos já acontecerem há aproximadamente 25 anos, em 2014 foi implementado o programa De Braços Abertos em São Paulo, uma experiência de grande porte em relação aos benefícios oferecidos para os participantes, nos dois anos de atuação, gerou bons resultados e elogios por parte da população.

A hipótese de trabalho foi a análise de quatro reportagens contemporâneas de jornais brasileiros de grande circulação (O Dia, A Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo). Abordando a temática do crack, foram observadas nas reportagens as distintas formas de tratamento dos usuários e o exercício do jornalismo enquanto meio de relacionamento entre a sociedade - na figura do leitor - e o dependente químico. Para conceituação teórica, o discurso de liquidez da vida contemporânea de Zygmunt Bauman foi utilizado como ferramenta de compreensão sobre a frivolidade do mundo e em como

não há valor no outro. A ausência de reconhecimento do outro, às vezes, está presente no jornalismo e, em muitos casos, está presente também na vida dos usuários de crack. Em complemento a Bauman, foi utilizada a teoria de Néstor García Canclini em relação ao significado e à prática de exercer a cidadania, e quem tem esse direito. Canclini conduziu o pensamento inicial do trabalho, sendo acrescentado a ele outros pensadores como George Gerbner, Gabriel Tarde e Nilo Batista.

A pesquisa bibliográfica foi o método utilizado no estudo de cada capítulo. De programas de televisão a livros, procurei buscar em diferentes veículos midiáticos a maneira pela qual são descritos os usuários de crack. No entanto, optei por me aprofundar na imprensa pois trata-se de um canal antigo que, ao longo de sua história, retratou o uso de drogas no Brasil. Para essa análise, busquei reportagens recentes e com abordagens semelhantes, buscando perceber as diferenças de tratamento entre os diferentes jornais. Não é meu objetivo qualificar o discurso jornalístico como bom ou ruim. Nesse trabalho pretendo questionar o discurso jornalístico e suas intenções, qual a sua relação social e contemporânea.

Apresento, no primeiro capítulo, a base teórica do trabalho que é continuada, no segundo capítulo, por uma contextualização história sobre as drogas no Brasil junto com a participação da mídia nessa contextualização. No quarto e último capítulo tracei um breve retrato do crack e sua vertente na mídia. Espero que a leitura seja agradável!

2. DESUMANIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ao longo da história de diversas sociedades, o indivíduo era reconhecido a partir do seu papel social e do exercício da sua cidadania. No mundo contemporâneo o consumo e os meios de comunicação são parte fundamental no exercício dessa cidadania, através dos dois recursos é possível se reconhecer como cidadão. Nesse contexto, pessoas que vivem fora da realidade de consumo e afastados da influência midiática perdem o direito à cidadania e à representação social, sendo desumanizadas e transformadas em estranhos frente à população.

O consumo e os meios são dependentes entre si para exercerem influência na sociedade. Sob o controle de organizações empresarias e para fins lucrativos, os meios difundem conteúdos que induzem a população a consumir. O excesso de consumo provoca desperdício, com muita produção de bens e descarte de lixo. Vivemos em uma sociedade com constante renovação e desuso de bens, essa mudança frequente também influencia a vida social: o ser humano se percebe como um bem material que necessita ser renovado constantemente.

2.1 - Sociedade contemporânea: cidadania através do consumo

Cidadania é um conceito e uma prática de longa data que, como nós, se modifica através dos tempos. O exercício da cidadania surgiu na Grécia Antiga, o clássico cidadão grego tinha voz e participação ativa sobre a Polis (cidade-estado grega) - aprovando ou desaprovando leis. No entanto para ser cidadão era necessário ser homem, grego, maior de 21 anos e livre (não podia ser escravo), dessa maneira se era reconhecido como cidadão com direitos.

No período da Idade Moderna até meados do século XX, não era difícil identificar-se como cidadão de uma nação. Características culturais e territoriais propiciavam o reconhecimento próprio e do outro como pertencentes a uma mesma identidade abstrata: falar a mesma língua, comer os mesmos pratos de comida, usar tipos de vestimentas semelhantes. A produção do que se consumia era local, feita para a sociedade na qual se estava inserido, de acordo com as necessidades e desejos dos cidadãos daquele território. Perceber-se como o cidadão de determinado país estava intrinsecamente relacionado ao

território em que vivia estava e no reconhecimento de práticas culturais. É importante ressaltar que nesse período eram considerados cidadãos aptos a exercerem participação política na sociedade apenas os homens burgueses, excluindo-se a participação ativa das mulheres.

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos meios de comunicação nos lares (o rádio e a televisão), iniciou-se uma nova forma de reconhecimento, através de imagens publicitárias e de programas de televisão e rádio. Apesar de a nova identificação em relação ao outro não ser mais apenas cultural e territorial, a elaboração do conteúdo transmitido pelos meios ainda era sobre o mercado nacional (inclusive com protecionismo de produtos nas fronteiras dos países). Portanto, apesar de a identificação se iniciar através de um olhar virtual, ela acontece, se concretiza no real do dia-a-dia. No livro “Identidades como espetáculo” (2006), Canclini aborda a inserção dos novos meios na sociedade:

Como os meios eram predominantemente de capitais nacionais e aderiam à ideologia desenvolvimentista, que confiava a modernização à substituição de importações e ao fortalecimento industrial de cada país, mesmo os atores mais internacionalizados naquele momento - como a TV e a publicidade - nos incitavam a comprar produtos nacionais e difundiam o conhecimento do próprio. (CANCLINI, 2006, p.130)

Com a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica, houve uma alteração na produção nacional - tanto de conteúdo como de produtos. Devido a facilidade proporcionada pela tecnologia, o trânsito de mercadorias e informações tornou-se acessível entre países. Dessa forma, hoje produtos franceses são facilmente comercializados na China, e produtos chineses, no Brasil. A relação de identificação que se tinha com um produto nacional foi perdida.

Ainda mais intensamente, não apenas o trânsito de mercadorias foi agilizado, mas a produção de mercadorias foi disseminada. A fim de aumentar o lucro, as empresas buscam os locais onde a matéria-prima e a mão de obra são mais baratas para produzi-las: o deslocamento de bens pelo mundo se tornou menos custoso que produzi-los localmente. A identidade do produto se perdeu em sua produção e em seu local de compra e venda, ambos compartilhados entre diferentes nações.

A cidadania, enquanto reconhecimento de bens e produção de conteúdo, entra neste contexto contemporâneo de uma maneira arbitrária. A produção de bens não é mais local e os conteúdos midiáticos também não, eles se tornaram globais. Por isso, o reconhecimento

com o outro passou a se dar através de gostos e de escolhas - de produtos, de informação e conhecimento a ser absorvido -, através predominantemente do consumo e da escolha do que consumir (em forma de entretenimento ou de bens materiais). O antropólogo argentino ilustra esse reconhecimento em seu livro “Consumidores e Cidadão: conflitos multiculturais da globalização”: “quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade” (CANCLINI, 2006, p.35)

Apesar de o consumo ser uma maneira de exercício da cidadania na contemporaneidade, como propõe Canclini, esta ainda é pensada como um conceito político, sendo que ocorre a partir de posicionamentos relativos à esfera pública, enquanto o consumo seria visto como uma atividade supérflua. Ainda segundo o autor, com o advento dos meios de comunicação, surgiram novas formas de exercer os direitos políticos e se relacionar com a comunidade. Enquanto o Estado e os partidos políticos ainda cobram do cidadão processos formais e burocráticos; o rádio, a televisão e agora a internet proporcionam atenção, resposta, justiça e suprem necessidades imediatas do indivíduo.

O que pode ser prejudicial à sociedade frente a esse novo modelo de cidadania é o elo do que é veiculado nos meios de comunicação com as grandes corporações. Canclini afirma que desde o século XIX, com o teatro de rua, as telenovelas e o folhetim, a influência cultural através dos meios de comunicação já tinha forte influência sobre a esfera pública. Porém o diferencial na sociedade contemporânea é a associação da produção cultural com fins empresariais, o que a globaliza e desterritorializa. Essa produção cultural com fins empresariais é frequentemente realizada em um fluxo, dos países centrais para os países periféricos: os centrais produzem para vender para os periféricos, nunca ao contrário. O movimento de contra-fluxo acontece quando os países centrais se apropriam da cultura dos países periféricos para a comercializar.

Apesar de o ato de consumir ser um momento de escolha, decisão e identidade é considerável que os cidadãos dos países periféricos acabem muito afetados com a atuação pelos países centrais. Com a publicidade de produtos e a circulação de programas que expõem e retratam o modo de vida nos países centrais, o consumo acaba por se tornar um reflexo da influência dessa imposição na produção midiática. Canclini conclui esse pensamento dizendo que: “O direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são

produzidos, distribuídos e utilizados esses bens, se restringe novamente às elites.” (CANCLINI, 2006, p.42)

Há uma nova maneira de se exercer a cidadania, através da escolha e decisão do que se consome. No entanto, essa escolha não é relacionada a um consumo local e territorial, mas sim global, consumir no mundo contemporâneo é se identificar e se relacionar com a globalização e não com a produção de bens e cultura locais. Tanto que pessoas da alta camada social não pertencem ao território no qual estão inseridas, e sim a um território global e virtual. Como afirmou Canclini:

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos - a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses - recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 2006, p.29)

Segundo Bauman, em seu livro “Tempos Líquidos” (2007), a elite global de tempos passados tinha vínculos com a população e a produção de onde viviam, pois sua riqueza estava relacionada ao trabalho local. Hoje, a produção e o mercado são globalizados e não há necessidade de relacionamento com a camada da população que vive e depende da cidade no qual estão inseridos. A cidadania deixou de ter participação nos modelos tradicionais (partidos políticos, sindicatos) e deixou de estar dependente de uma região, tornando-se global, identificada e relacionada mundialmente através do consumo.

Além de o novo modelo de exercício da cidadania defendido por Canclini desumanizar grupos sociais, pois os mesmo estão a parte da sociedade de consumo, o filósofo francês Jean Baudrillard ao discursar sobre as massas, retrata o processo de perda de identidade causado pelas mesmas, o que também pode levar a desumanização. Baudrillard aborda a perda de identidade ao conceituar as massas. Segundo o autor as massas são formadas por diversos grupos, partículas individuais, e esses grupos carregam significados e características que, quando na massa, se perdem. Nas palavras do filósofo, a massa é:

um conjunto no vácuo de partículas individuais, de resíduos do social e de impulsos indiretos: opaca nebulosa cuja densidade crescente absorve todas as energias e os feixes luminosos circundantes, para finalmente desabar sob seu próprio peso. ¹

¹ Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Jean%20baudrillard-1.pdf> Acesso em: 03/07/2016

No mundo contemporâneo, globalizado, existe uma massa mundial devido ao fluxo de informações, bens, pessoas e culturas. A individualidade dos grupos, como abordado por Baudrillard, está escassa, sem força frente ao conjunto da massa: os significados individuais se perdem porque são muitos na massa. A perda dos significados ocorre também pela disseminação cultural, através dos meios de comunicação, que produz as massas.

Os meios, hoje presente em todos os lares, ao espalhar informações por todo o mundo criam uma massa global. Essa massa é formada pela unificação de culturas e conhecimentos pois todo tem a mesma referência: os meios. A disseminação de culturas, no entanto, não é realizada de maneira homogênea, a cultura dos países centrais é exportada para o mundo enquanto a cultura dos países periféricos se dilui nos seus próprios territórios por conta da influência imposta de fora. Por isso há uma perda de identidade devido a do reconhecimento cultural.

Os indivíduos são unificados na massa e nelas eles próprios não se reconhecem culturalmente enquanto pertencentes aos seus grupos. Dessa forma, a perda de identidade, influenciada pela globalização e portanto, pela mídia, contribui para a desumanização na sociedade contemporânea.

2.2 - O mercado do medo

Como foi abordado no tópico anterior, o consumo é um dos atos que define o ser cidadão no mundo atual. Todavia, apesar de ele ser um ato de escolha e decisão, ele é estimulado pelos meios de comunicação que tem seus conteúdos criados em prol das grandes corporações - dos países centrais para os países periféricos - que visam o lucro. O desejo pelo lucro estimula a geração de necessidades de consumo e uma das grandes necessidades no mundo atual é a segurança. Por isso, as grandes corporações e os meios de comunicação não hesitam em usar o medo como um estímulo de consumo.

A publicidade explora o medo com o propósito de vender seguros de vida, sistemas de segurança para residências, carros blindados, condomínios privados e etc; tornando a rua um lugar de receio para se estar. Além do propósito da compra de segurança, o medo também é um fator decisivo nas campanhas políticas eleitorais. Os meios de comunicação ganham muita audiência tanto com a publicidade de utensílios de segurança como com

campanhas eleitorais. O mundo da televisão se tornou um comercializador indireto da segurança a partir da provocação do temor.

Para o medo vender, o medo tem de existir. Os meios de comunicação não hesitam em difundir, de forma sensacionalista, episódios de roubos, furtos, mortes e assaltos. Muitos desses episódios envolvem usuários de drogas, imigrantes ilegais, moradores de rua e qualquer outra figura aquém da sociedade. Bauman relata na obra “Tempos Líquidos” (2007), um estudo de Victor Grotowicz, realizado em 1970 na República Federal da Alemanha, que demonstra o poder de influência da televisão no crescimento do medo social. Nesse estudo, intitulado “*The terrorist, friend of state power*” foi demonstrado um aumento considerável, em um período de dois anos, na preocupação dos cidadãos alemães em relação a segurança pessoal. Nesse mesmo período foram divulgadas imagens na televisão das forças policiais e dos serviços secretos, além de promessas de políticos que diziam adotar medidas mais fortes contra os terroristas.

Em sua “Teoria do Cultivo”², George Gerbner defende que o ser humano cria suas opiniões e valores culturais a partir do que é transmitido através da televisão, o que antes do advento da TV era gerado a partir do grupo familiar e social no qual o indivíduo estava inserido. Gerbner também defende que quando telespectadores de grupos sociais e economicamente distintos são expostos a uma mesma programação televisiva, eles acabam compartilhando uma mesma visão de mundo, assim, pode-se notar a influência dos meios de comunicação na vida social. É importante atentar para o fato de que hoje os meios são reféns de conglomerados transnacionais com propósitos comerciais e exercem forte atuação sob o social.

A disseminação do medo nas sociedades sempre existiu, muito antes dos meios de comunicação existirem, na Idade Média, por exemplo, o medo era difundido através de histórias, mitos, preceitos religiosos sobre o sobrenatural e, apesar de existir, ele era local, sem propagação em escala mundial. Hoje, através dos meios, há rapidez e agilidade na difusão para o mundo do conteúdo que gera pavor. Em entrevista ao Portal de notícias O Povo, o sociólogo estadunidense Barry Glassner aborda a influência da mídia na cultura do medo:

² Disponível em: <https://teoricosnocomando.wordpress.com/2012/06/03/george-gerbner/> Acesso em: 20/02/2016

O que é diferente agora é que existem grupos bastante poderosos que estão fazendo isso e existe um grande aparato midiático para levar pânico à população, de forma bastante rápida e eficiente. Eu acredito que a cultura do medo emerge lentamente. Mas se tivéssemos de designar um momento particular, seria quando a mídia eletrônica se torna dominante. É quando as pessoas não precisam mais esperar para que as notícias cheguem até elas por meio de um longo processo, quando elas recebiam notícias apenas uma vez por dia ou por semana. Quando a mídia passa a ser simultânea, a coisa muda.³

Ainda segundo Glassner, o fundamental no relato jornalístico é esclarecer para a sociedade a realidade do nível de perigo dos incidentes abordados na mídia. Ao espetacularizar um caso pontual - com poucos índices de acontecimento na sociedade -, mas sendo de grande impacto a ponto de chocar, ele se torna palpável e presente, pois está ali, aparecendo em todos os lares, se tornando assunto de conversa entre colegas e gerando medo. Assim um caso raro, acaba provocando mais temor por estar sempre em voga, sendo esmiuçado de todas os aspectos pela mídia.

2.3 - Frivolidade da vida e o lixo humano

A duração da moda de um produto ou um comportamento no século XXI é muito fulgaz. Devido a rapidez de produção, comercialização e acesso ao produto seu tempo de vida social é muito pequeno. Temos uma sociedade que produz muito e descarta muito, deste modo geramos constantemente uma enorme quantidade de lixo.

No mundo contemporâneo há um receio do que será lixo, do que é ultrapassado; e existe um temor ainda maior de se tornar lixo, de virar ultrapassado e ser esquecido. Enquanto os produtos são criados, inovados e reinventados constantemente, o homem não é capaz de exercer essa reciclagem nele mesmo (apesar de tentar), com tanta rapidez que a era de fugacidade nos impõe. Em “Vida Líquida” (2005), Bauman aborda a banalidade da vida moderna:

^{3 3} Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1495&Itemid=29 Acesso em: 20/02/2016

A vida líquida é uma vida de consumo. Ela projeta o mundo e todos os seus fragmentos animado e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e portanto o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados. Molda o julgamento e a avaliação de todos os fragmentos animados e inanimados do mundo segundo o padrão dos objetos de consumo. Esses objetos têm uma vida útil limitada e, uma vez que tal limite é ultrapassado, se tornam impróprios para o consumo, já que “ser adequado para o consumo” é a única característica que define sua função. [...] Por serem impróprios, devem ser removidos do espaço da vida de consumo [...] a fim de abrir caminho para outros objetos de consumo ainda não utilizados. (BAUMAN, 2005, p.16)

Por essa necessidade de se estar em constante mudança e se reinventando, a humanidade acaba por desenvolver insatisfação consigo mesmo e se voltar muito para o seu interior, sua individualidade, essa volta para dentro deixa o mundo exterior de lado. Bauman firma que o mundo está a serviço da reinvenção de cada indivíduo e por isso, quando há locais impróprios à reforma do cidadão eles são descartados, jogados no lixo, como acontece com os campos de refugiados.

Os refugiados quando realocados nos campos temporários, chegam em um novo local o qual não pertencem e não podem criar vida ou expectativas, pois raramente serão assimilados pelo país - com empregos, moradia e vida social -, portanto eles não conseguem se reformar, se reinventar. Nas palavras de Bauman:

As pessoas desqualificadas foram depositadas num território sem valor, enquanto todas as estradas de ida ou de volta dos lugares importantes e dos locais em que os significados socialmente legíveis podem ser forjados diariamente, e o são, foram bloqueadas para sempre. (BAUMAN, 2007, p.48)

O conceito de lixo humano também pode ser analisado frente aos usuários de crack, moradores de ruas das cracolândias das grandes cidades brasileiras. Parte desse descaso com os imigrantes também é observado em relação aos usuários de crack, esquecidos pelas cracolândias das grandes cidades - um território de ninguém, esquecido, assim como os campos de refugiados. Esse descaso, segundo Bauman, é devido ao mundo individualista do século XXI.

A individualidade é um dos pilares dos cidadãos atuais, sua autonomia. Segundo o autor polaco, na sociedade contemporânea, “‘individualidade’ significa em primeiro lugar a autonomia da pessoa, a qual, por sua vez, é percebida simultaneamente como direito e dever. [...] significa que sou responsável por meus méritos e meus fracassos”. (BAUMAN,

2005, p.30) Dentro dessa perspectiva individualista e meritocrata, aqueles que estão fora da sociedade perdem seu direito a representação e seu reconhecimento social já que não respondem por seus méritos e seus fracassos, ou, como no caso dos dependentes químicos, aos olhos da sociedade, responderiam por seus fracassos.

Os usuários de crack estão esquecidos no imaginário social, estão aquém da sociedade, não são vistos ou tratados como cidadãos. Uma das condições nas quais eles são enxergados, e não esquecidos, é por meio da imprensa, a mídia estabelece um vínculo entre os usuários de crack e a sociedade ao falar sobre eles.

3 - A MÍDIA E A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao longo dos mais de 500 anos de formação do Brasil como país, a sociedade vive e convive com drogas psicotrópicas - lícitas ou ilícitas -, entende-se por droga psicotrópicas qualquer substâncias química que altera a percepção, a consciência e o comportamento do sistema nervoso central. Inclusive em nosso passado, o café (substância psicotrópica) já foi o grande sustento da economia brasileira. Em cada período da história, a população percebeu as drogas de maneira diferentes e essa percepção está intrinsecamente associada a imprensa, tanto como receptora ou como impositiva de ideias. Ao longo dos anos e através das mudanças legislativas e sociais frente as drogas, a mídia adotou e adota diferentes perspectivas no tratamento das mesmas, contribuindo para a concepção e opinião social sobre as drogas.

3.1 - Criminalização das drogas no Brasil

A legislação brasileira sobre os entorpecentes sempre foi inspirada em modelos de leis externas. Enquanto colônia, o Brasil seguia influenciado pelas leis de Portugal, como de praxe, já que era colônia portuguesa. No entanto, mesmo após a independência e até os anos 2000, o país avançou sem autonomia em relação a política de drogas.

Antes da independência já havia um sistema de punição ao porte de drogas. Seguindo a legislação de Portugal, as Ordenações Filipinas (sistema jurídico vigente na colônia), portadores e usuários de entorpecentes poderiam ser exilados, assim como ter seus bens confiscados e enviados para África. O monopólio de compra e venda era restrito aos boticários e aos médicos e cirurgiões. Dos tempo de colônia até os dias do Império, a legislação brasileira pouco foi modificada em relação as substâncias tóxicas. O Código Penal do Império publicado em 1830 não previa infração ao uso ou a posse das mesmas e o controle permanecia junto aos médicos e boticários.

Houve mudanças no ano de 1890, momento em que o país tinha acabado de se tornar uma república. No novo código penal ministrar ou vender “substâncias venenosas” consistia em crime com pena de multa. Mas foi apenas a partir de 1912, influenciado pela

Conferência Internacional do Ópio, que o país adotou um modelo mais rigoroso de restrição às drogas: o modelo sanitário, assim chamado por Nilo Batista em seu artigo “Política criminal com derramamento de sangue”.

3.1.1 - Modelo sanitário

No Modelo Sanitário o consumo de substâncias ilícitas fazia parte de um grupo de curiosos e intelectuais, impressionados pelos escritores europeus e seus relatos, eram jovens que tinham ido explorar o mundo e haviam voltado ao Brasil. Batista retrata bem quem era esse público em seu livro:

As drogas estavam nas prateleiras das farmácias ou nos “*stocks*” de uma indústria que apenas suspeitava de seu futuro sucesso comercial, e boticários, práticos, facultativos, fiés de armazém e funcionários da alfândega são os personagens que abastecem de opiáceos ou cocaína grupos reduzidos e exóticos, intelectuais, filhos do baronato agroexportador educados na Europa, artistas: um hábito com horizonte cultural bem definido, sem significação econômica (BATISTA, 1997, p. 81)

Apesar de o público elitizado, o uso de drogas era tratado como um problema de saúde e também de segurança pública, o usuário era visto como um doente ou marginal, medidas de internações compulsórias eram costumeiras e as técnicas higienistas se tornaram regra no tratamento as drogas. Dentro desse modelo consumidores não eram criminalizados, apenas os traficantes.

No começo do século XX, doenças contagiosas e infecciosas, como a febre amarela e a varíola, estavam presentes na sociedade e havia um grande controle de profissionais higienistas a fim de evitar a proliferação das mesmas. O uso de drogas, dentro desse mesmo contexto, foi visto como uma doença contagiosa, e a venda, sem formalidades prescritas em lei, como um crime (prisão pelo período de um a quatro anos). Entendido como uma doença, o tratamento do usuário não poderia ser feito em casa - proibido por lei - e após a internação, a liberação só ocorria quando da aprovação de um juiz: “a alta do paciente não era uma decisão médica e sim uma decisão judicial, assimilável a um alvará de soltura, informada por um parecer médico” (BATISTA, 1997, p.82)

Apesar de ter tido uma duração de quase meio século, esse modelo sofreu algumas mudanças que acompanharam as transformações na sociedade, na legislação e principalmente no cenário internacional. A vigência da Lei Seca norte-americana (1919-1933) - que proibiu a fabricação, o transporte e a venda de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos -, por exemplo, motivou leis nacionais sobre embriaguez e restrição na venda de bebidas alcóolicas.

Entre 1925 e 1936, o país participou das convenções internacionais (Segunda Convenção sobre Ópio, Convenção de Genebra e a 2ª Convenção de Genebra) realizadas pela Liga das Nações após a Conferência Internacional do Ópio. Essas convenções influenciaram profundamente a legislação penal brasileira no que tange o controle da importação e exportação de substâncias. Além desse controle alfandegário, troca de informações sobre o tráfico entre os países membros da Liga eram regulamentadas assim como o estoque e os rótulos de comercialização de substâncias médicas em cada Estado. Nas palavras de Nilo Batista: “Nossa legislação interna correspondente não passa de uma ressonância, certamente decorada com as volutas do bacharelismo tropical, porém uma assumida ressonância dessas convenções.” (BATISTA, 1997, p.80)

A atuação de países externos na criminalização das drogas no Brasil esteve presente desde o início da formação nacional e foi, como observada, perpetuada após a independência do país até a contemporaneidade. O próximo passo da legislação brasileira quanto aos tóxicos está novamente relacionado a forças externas, mesmo com a nação sendo governada pelo regime ditatorial.

3.1.2 - Modelo bélico

Nos anos 60, em meio ao conflito da Guerra Fria, o mundo estava dividido entre duas grandes potências, os EUA e a URSS, o primeiro representando os países capitalistas e o segundo, os socialistas. Já o Brasil estava em seu mais severo regime político: a ditadura militar. Frente a esse cenário político mundial e, principalmente por conta da Guerra do Vietnã, começaram a surgir (em todo o mundo) movimentos de contracultura formado por jovens que questionavam a guerra, os costumes, a política e todo o modo de vida da época. Nesse contexto, as drogas eram um elemento associado aos movimentos e contra a

sociedade vigente, seu uso tinha conotação libertária. Por conta desse apelo contestatório e pela conjuntura da época, os consumidores de drogas eram tidos como inimigos do estado e de influência comunista - tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Após o Golpe de 64, o Brasil, influenciado pela política de drogas norte-americana, adotou um modelo rigoroso frente à criminalização dos usuários e traficantes: o uso e o tráfico de drogas eram considerados crimes contra a segurança nacional. Naquele momento o usuário foi igualado ao traficante no que diz respeito as penalidades legais, o usuário antes tratado como um doente que deveria ser internado, agora cumpriria pena de 1 a 5 anos, assim como o traficante. Como afirma Lucia Rodrigues:

[...] o espírito repressor da época contagiou alguns juízes, defensores da criminalização do usuário como forma de combater o tráfico, por meio de um discurso repressivo alinhado às convenções internacionais. A absurda legislação que equiparou o usuário ao traficante era mais uma tentativa de aumentar o controle social sobre a população que contestava o regime, por meio do aumento da repressão ao consumo de drogas.⁴

Além de leis mais rigorosas, a legislação instaurada durante a ditadura militar propunha a cooperação de toda sociedade no combate às drogas. Professores e diretores de escolas deveriam estar atento a seus alunos quanto ao uso de substâncias e delatá-los em caso de suspeita, assim como ocorria no caso de estrangeiros que também poderiam ser delatados e, se assim fossem, eram expulsos, caso portassem drogas. A criminalização pelo uso de entorpecentes era completamente associada à política de controle social do regime: o suspeito de ser opositor, comunista ou inimigo do estado recebia e era tratado da mesma maneira que o usuário de droga. A infração por tráfico era, inclusive, julgada frente a lei de segurança nacional.

Não só o uso e o tráfico das drogas eram minimamente controlados, mas também toda a produção artística e intelectual que fizesse referência a alguma substância entorpecente. Textos, cartazes, peças, livros, filmes, cursos deveriam ter autorização prévia do governo caso fizessem insinuação a algum efeito alucinógeno. Nas palavras de Batista: “A liberdade artística - dizia um dos elaboradores dessa legislação - precisa ser controlada”. (BATISTA, 1997, p.6)

⁴ Disponível em: <http://www.wola.org/sites/default/files/downloadable/Drug%20Policy/2011/6-3/sistemas%20sobrecargados%20-%20completo%20brasil.pdf> Acesso em: 10/04/2016

A rigidez e a conotação bélica no combate as drogas, nesse modelo, foi suavizada na década de 70: no novo rumo da legislação, modificada em 1976, os usuários não eram mais equiparados aos traficantes. Porém foi só no final da década de 80, momento no qual o mundo vivia uma reconfiguração de poderes e de forças políticas que a “guerra às drogas” no Brasil, recebeu um novo nome e caráter social.

3.1.3 - Combate às drogas no Brasil

Durante os anos 70 e 80, o Brasil viveu um período de crises econômicas e políticas. Tais crises - oscilações na inflação e queda do regime ditatorial - contribuíram para a desigualdade do país e crescimento do mercado ilegal. Ao mesmo tempo, o país estava se inserindo na nova ordem mundial da transnacionalização e do neoliberalismo. Alba Zaluar diz sobre a sociedade brasileira à época:

a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural.⁵

Os novos modelos econômico e de consumo atingiram também o mercado das drogas no crime organizado transnacional (qualquer tipo de negócio com fins lucrativos que envolva ações criminais em mais de um país). Com a produção e o consumo de bens superando fronteiras entre os países, o mesmo aconteceu no que foi chamado de narcotráfico: ao invés de bens, a produção e o consumo eram o de drogas ilícitas. Atualmente, o mercado ilegal de drogas é um dos maiores setores econômicos mundiais. Dessa forma, acabou-se criando uma economia mundial paralela, nela o lucro está concentrado nas mãos de magnatas do mercado negro, pouco impactados pela legislação e pela força policial, pois não estão no alcance da lei. Mas, enquanto os magnatas do tráfico não são cassados, a criminalidade e a lei caem sobre o modelo do traficante, o vendedor da favela de classe social baixa que busca a droga justamente por estar inserido em um amplo processo de degradação social, sem expectativa.

⁵ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf> Acesso em: 10/04/2016

O traficante, vendedor direto ao consumidor, assumiu o papel que no modelo bélico era dado ao traficante comunista, inimigo do estado. Esse novo traficante também é encarado como inimigo do estado, já que seu comércio é considerado pela opinião pública a razão do aumento da criminalidade, dos roubos, dos assaltos, o que ratifica a culpabilização da criminalidade das drogas ao vendedor e leva ao esquecimento a cadeia econômica e lucrativa que beneficia o narcotráfico (os grandes traficantes e lavadores de dinheiro sujo). Além disso, no Brasil se perpetua o estereótipo do consumidor traficante - que vende a droga como sustento - e releva os atos do consumidor rico, aquele que possui dinheiro para pagar pela droga.

Dentro dessa nova configuração mundial neoliberal, a presença do narcotráfico ao redor do mundo fez o Brasil adotar, novamente, métodos repressivos de influência estadunidense. O Estados Unidos, sob o comando do presidente Richard Nixon, nos anos setenta, deu início a um movimento chamado de Guerra às Drogas que teve forte influência mundial. Esse movimento, no entanto, se mostrou ineficaz visto que o consumo e o tráfico de entorpecentes aumentou nesses quase quarenta anos, essa ineficácia, no entanto, foi percebida depois de muitos anos de uma política de guerra às drogas ao redor do mundo.

A guerra às drogas prioriza o combate militar aos usuários e traficantes, sem tolerância, provocando aumento no número de carcerários, ao mesmo tempo, esse modelo de combate as drogas negligencia métodos como a redução de danos - programas que criam políticas de saúde pública com o objetivo de diminuir os danos causados pelo consumo de drogas nos usuários e na sociedade - e a reinserção social, ambos propõem formas mais humanas de trabalhar essa questão social.

O modo de controle do crime norte-americano, como afirmou Rodrigues⁶, reforçava a vigilância nas classes mais baixas, com violência gratuita por parte da polícia nas regiões mais pobres e periféricas das metrópoles, e ignorava o crescimento carcerário, o que no Brasil acabou gerando números absurdos de presos e problemas de contenção no sistema penitenciário.

Ao longo da história do país é notável a influência internacional no modo de encarar as drogas, tanto socialmente quanto dentro das leis. Desde a colonização até os dias

⁶ Disponível em: <http://www.wola.org/sites/default/files/downloadable/Drug%20Policy/2011/6-3/sistemas%20sobrecargados%20-%20completo%20brasil.pdf> Acesso em: 16/04/2016

presentes, o Brasil não adotou um modelo próprio de combate às drogas que suprisse necessidades internas e se adequasse e educasse a população. Por isso, mesmo que hoje existam iniciativas governamentais em busca de uma melhora na política de drogas, já temos um problema enraizado estruturalmente - em relação a métodos de combate, de prevenção e de tratamento - e socialmente - visto que a sociedade carrega uma ideia consolidada da necessidade de extermínio da droga e em grande parte errônea sobre os efeitos e consequências das substâncias psicoativas. Essas ideias socialmente estabelecidas atuam sobre os consumidores e usuários de drogas criando estigmas sob eles.

3.2 - Participação da imprensa para a criminalização das drogas

A imprensa é um forte instrumento de influência social por ser um canal de fácil acesso, que transmite credibilidade e que foi, durante muitos anos, o maior meio de comunicação em diversas sociedades. Com o surgimento do rádio, da televisão e agora, da internet, a imprensa se tornou um meio de informação secundário, porém sua credibilidade perdura até os dias atuais como um lugar de informações verídicas, uma fonte confiável. Por esse motivo é importante que a imprensa compreenda seu poder e local na sociedade, seu modo de informar e noticiar dados e a recepção de seu público quanto ao que foi publicado.

Em “A Opinião e as Massas” (2005), Gabriel Tarde relata o poder de influência da imprensa sob seu público. O autor afirma que leitores de jornais se identificam vinculados a um grupo de pessoas que lê as mesmas informações e ao mesmo momento. Esse elo é criado a partir de convicções da existência de um público com interesses semelhantes - pois são leitores de um mesmo veículo -, o que substituiu as reuniões em praças públicas que aconteciam em sociedades passadas. Sobre o leitor, Tarde diz que:

O leitor, em geral, não tem consciência de sofrer essa influência persuasiva quase irresistível do jornal que lê habitualmente. [...] O leitor tem menos consciência ainda: não suspeita em absoluto da influência exercida sobre ele pela massa dos outros leitores. Mas essa influência é incontestável. Ela se exerce, ao mesmo tempo, sobre sua curiosidade, que se torna ainda mais viva se ele a sabe ou a crê partilhada por um público mais numeroso ou mais seletivo (TARDE, 2005, p.7)

A atuação da imprensa ocorre por meio da ação de seu público leitor, pelo direcionamento editorial de cada veículo e pela escolha de fontes utilizadas. A escolha de fontes, o processo de seleção, reunião e verificação de informações na realização de uma matéria ocorre de forma breve, buscando agilidade e rapidez para a publicação do jornal (afinal jornais são empresas com fins lucrativos). A urgência pelo furo jornalístico em alguns casos prejudica o retrato dos fatos - pelo uso constante das mesmas fontes ou pela ausência de vozes na reportagem - que são reproduzidos e interpretados de maneira equivocada pelos leitores.

Nas reportagens que abordam o tema das drogas e seus usuários, as fontes utilizadas pela grande mídia costumam se repetir, sendo a maioria agentes da polícia, profissionais de saúde e adultos em geral. Na pesquisa “Mídia e Drogas - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira” realizada pela ANDI – Agência de notícias dos direitos da infância - e pelo Programa nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde⁷, das fontes ouvidas nos 595 textos analisados, 12% representavam adultos em geral; 9,1% agente policiais; 6,2% profissionais de saúde e 6,1% usuários ou pacientes, as demais esferas da sociedade tiveram representações muito pequenas no resultado da pesquisa. Dessa forma a imprensa torna a discussão vazia, sem diálogo, sem pontos de vista distintos e sem propor mudanças em relação ao assunto abordado já que ela não insere diferentes esferas da sociedade na abordagem desse assunto.

É importante evidenciar, ainda sobre pontos de vista distintos, a ausência da pluralidade de editoriais midiáticos no Brasil. Hoje as mídias jornalísticas são controladas por conglomerados midiáticos, como o conglomerado das empresas do Grupo Folha e do Grupo Globo que controlam alguns dos principais meios de comunicação do país, com: jornais, rádios, site de notícia online, canal de televisão aberta e canais de televisão privada. Apesar de o acesso a canais alternativos de informação está ao alcance da população através internet, os canais tradicionais - como jornal, rádio e televisão - exercem mais credibilidade na transmissão da informação e não demandam uma busca pelo conteúdo, como no caso da internet, na qual tem que buscar o que se procura. Os canais tradicionais, portanto, ainda alcançam e influenciam mais a sociedade brasileira, perpetuando seu ponto de vista e suas ideologias por todo o país.

⁷ Disponível em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasi> Acesso em: 02/04/2016

Perpetuar ideologias pode criar estigmas dentro de uma sociedade. Criá-los pode parecer simples, mas conseguir provocar mudanças em ideias já estabelecidas é mais complicado. No caso da mídia e das drogas, existem estigmas criados sobre os usuários devido a uma constância na forma de a mídia e de a sociedade abordar o tema das drogas sob o olhar da violência, criando uma imediata associação entre violência e usuários de drogas, perpetuando uma hostilidade em relação a eles.

Em muitos casos, o que a cobertura midiática ignora é a violência e omissões sociais em relação aos mesmos usuários. Segundo dados da pesquisa *Mídia e Drogas*⁸, por exemplo, dos textos analisados 27,5% estabeleciam relação entre violência e o uso de drogas e 41,8% retratavam o usuário, mas desses, apenas 4,2% retratavam o mesmo como cidadão de direitos. Esses dados demonstram o modo desumanizado pelo qual os usuários de drogas são frequentemente abordados pela imprensa.

Exemplo da colocação da imprensa frente às drogas, foi um equívoco da mídia alarmista, na década de 70, sobre o uso de drogas pelos estudantes da época, como relatado por Carlini-Cotrim⁹. Nesse episódio, a imprensa começou a divulgar como verdade, hipóteses sobre um crescimento do uso de drogas ilícitas (na lista estavam a maconha, a cocaína, o LSD e a heroína) entre os jovens brasileiros. No entanto, até aquele momento não havia sido realizado nenhum estudo epidemiológico sobre consumo de drogas entre os jovens no país, o que ocorreu apenas na década seguinte, quando foram realizados estudos sobre o uso de drogas na população. Os resultados foram de encontro ao dito anteriormente pela mídia: poucos jovens faziam uso das substâncias. Não se sabe a intenção da mídia neste momento, se procurou alardear um fenômeno futuro, se quis atuar como veículo de pesquisa social ou apenas publicou uma reportagem com dados não legítimos atrás de um furo jornalístico.

A imprensa, naquela época, poderia ter perdido credibilidade pois havia publicado informações infundadas, porém, mesmo com informações ilegítimas, a imprensa não perdeu e não costuma perder sua credibilidade pois o processo jornalístico, apesar de ser um registro histórico, se utiliza de informações momentâneas e passageiras, o impacto das notícias publicadas pelos jornais costuma ser diário, não muito memorável.

⁸ Disponível em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasi> Acesso em: 02/04/2016

⁹ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14906.pdf> Acesso em: 09/07/2016

No caso do equívoco da imprensa na década de 70, a descoberta de que as informações publicadas estavam erradas só ocorreu alguns anos depois quando a publicação já tinha sido esquecida pela população. Dessa maneira a imprensa não perdeu seu tom de verdade.

4 - O CRAK NO BRASIL E SUA ABORDAGEM MIDIÁTICA

O Brasil convive com o crack há aproximadamente 26 anos: a droga, os usuários e o tráfico são problemas de ordem social, econômica e política. O fenômeno da droga está continuamente se alastrando pelo país sem encontrar formatos de solução ou de precaução frente aos problemas gerados tanto naqueles que usam o crack, como para o resto da sociedade. Hoje nas grandes cidades do país já existem espaços urbanos diretamente relacionados ao uso da droga, apelidados de cracolândia, que se tornaram territórios dos usuários, evitados pela grande parte da população das cidades.

A mídia esteve, nesses 26 anos, relatando o crescimento e os reflexos da droga pelo país e mudando sua forma de descrever o fenômeno, contribuindo com a reação da opinião pública frente a substância.

4.1 - O crack

O crack é uma droga derivada da planta de coca, assim como a cocaína. A principal diferença entre essas duas substâncias está na maneira pela qual ambas são usadas. O crack é fumado enquanto a cocaína é inalada (podendo também ser comida ou dissolvida em água e injetada). Segundo o neurocientista Carl Hart (2013), a rapidez com que uma droga chega ao cérebro está diretamente ligada aos seus efeitos e reações nos indivíduos e é essa a grande distinção entre a cocaína e o crack. Através de entrevistas realizadas com usuários de drogas, Nappo e Oliveira confirmam os efeitos mais instantâneos do crack sobre a cocaína: “Quase todos os entrevistados afirmaram que, dentre as vias de administração da cocaína, os efeitos do crack são os de início mais rápido, mais breves e mais intensos, dados condizentes com as diferenças farmacocinéticas entre tais vias.”¹⁰

A composição química da cocaína não permite que essa substância seja fumada por conta da presença de um composto químico, o hidrocloreto. Já o crack, que tem a mesma composição da cocaína e não contém o hidrocloreto pode ser utilizado através do fumo, que é uma das maneiras mais aceleradas de uso das drogas para alcançarem o cérebro. De acordo com Hart: “Fumar cocaína (...) leva a droga ao cérebro com a mesma rapidez que

¹⁰ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n4/6645.pdf> Acesso em: 08/07/2016

uma injeção. Para isso é explorada a ampla área de superfície dos pulmões, que tem muitos vasos sanguíneos para transportar a droga depressa do sangue para o cérebro”. (HART, 2013, p.161)

Um derivado da cocaína, o crack surgiu em meados dos anos 70 nos EUA e se tornou popular nos final dos anos 80 entre as camadas mais pobres da sociedade norteamericana. A nova droga ficou conhecida como a cocaína barata, já que a cocaína era considerada uma droga dos ricos por conta do seu alto valor. No Brasil a droga chegou alguns anos depois. Segundo Nappo e Oliveira, o primeiro uso de crack em território brasileiro foi feito em 1989 na cidade de São Paulo, por jovens do sexo masculino, de baixa escolaridade e desempregados¹¹. Dois anos depois, aconteceu a primeira apreensão da droga pela polícia, também na capital paulista.

4.2 - Crack no brasil e a formação das cracolândias

Durante a década de 90 o crack cresceu e se alastrou pelo país, principalmente nas regiões mais urbanas e entre a população mais pobre devido ao seu baixo custo de venda. Segundo Nappo¹² o consumo da droga cresceu como estratégia dos traficantes que, sabendo da rápida duração dos efeitos do crack e do caráter viciante do mesmo, impuseram aos consumidores da maconha e da cocaína, o consumo do novo entorpecente. Como consequência dessa imposição, os traficantes alimentavam a dependência dos usuários lucrando mais com a nova droga.

Dos anos 90 até a atualidade, o número de usuários do crack cresceu enormemente no país. Em 2013 o Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD) da Universidade Federal de São Paulo realizou o primeiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas¹³, três anos depois o mesmo instituto publicou o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas¹⁴. No primeiro levantamento, o Brasil foi

¹¹ Disponível em: http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v42n4/en_6645.pdf Acesso em: 08/05/2016

¹² Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/06/Usuaris-de-crack-CEBRID.pdf> Acesso em: 11/05/2016

¹³ Disponível em: http://www.umes.org.br/files/Apresentacao_INPAD.pdf Acesso em: 10/05/2016

¹⁴ Disponível em: <http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf> Acesso em: 10/06/2016

apontado como o maior mercado de crack do mundo, foi visto também que o uso de cocaína fumada (estão incluídos nessa classificação o crack, merla e oxi), mesmo que só uma vez na vida, representava 1,4% dos adultos e 1% dos jovens entrevistados - aproximadamente 2 milhões de pessoas.

No segundo levantamento os dados relacionados ao uso de crack alguma vez em vida diminuíram minimamente: 1,3% dos adultos, 0,8% dos jovens. Mas o II levantamento mostrou que o uso do crack por um período de seis meses pela população brasileira representava 0,7% da mesma - que equivale a 800 mil pessoas usando crack de forma recorrente no Brasil. É importante considerar que esses estudos foram realizados através de entrevistas e visitas domiciliares e que portanto moradores de rua não foram contemplados.

Ambos levantamentos apresentaram números consideráveis. Destacando o fato de que os entrevistados pela pesquisa não são moradores de rua o que vai de encontro a ideia socialmente estabelecida, e em alguns casos reafirmada pela mídia, de que os consumidores de crack são sempre moradores de ruas, dependentes químicos, que são incapazes de viver socialmente.

4.2.1 - Cracolândia paulista

A cracolândia de São Paulo está localizada na região central da cidade e é um local marginalizado desde as décadas de 70 e 80, anos nos quais essa região era conhecida pelo nome de Boca do Lixo. Lugar famoso por ter sido o berço da pornochanchada - gênero do cinema brasileiro de pornografia -, a Boca do Lixo também ganhou fama pela prostituição e pelo tráfico de drogas na área. Tanto hoje como nos anos 70 e 80 a presença da autoridade em nada contribuiu para uma melhora na região. Sabe-se que por ter sido um local historicamente excluído, o controle policial era conivente com o uso de drogas e a prostituição na área. Hoje entre a rua Mauá e as avenidas Rio Branco, Ipiranga e Duque de Caxias¹⁵ vive uma população de 400 pessoas (grande parte usuária de drogas) fixas e aproximadamente 2 mil itinerantes que vem e vão por aquelas ruas diariamente.

¹⁵ Imagem disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/policia-militar-dobra-o-efetivo-em-operacao-na-cracolandia.html> Acesso em: 10/06/2016



O território da cracolândia paulista foi historicamente um local de abrigo para jovens usuários, apelidados de Noias - conhecidos por realizarem pequenos furtos em bairros da periferia. Nos bairros periféricos o tráfico era controlado e esses pequenos furtos e desrespeitos com as autoridades locais (chefes do tráfico e etc) provocaram muitas mortes durante a década de 90. Para se refugiarem do comando do tráfico da periferia, muitos usuários começaram a ficar onde hoje é a cracolândia visto que já era um território marginalizado, inclusive pelos policiais.

A prefeitura paulista vem implementando programas a fim de melhorar a região da cracolândia. No início de 2014 o governo do prefeito Fernando Haddad deu início ao De Braços Abertos que atua como um programa de redução de danos através de doações de moradia e alimentação, oportunidades de emprego e capacitação. Segundo o próprio site da prefeitura: “a iniciativa tem como finalidade proporcionar aos dependentes que moram naquela região, o resgate da integridade humana, oferecendo tratamento, assistência, moradia e trabalho”.¹⁶ Os usuários inscritos recebem um quarto em alguns dos hotéis da região - o que já é um diferencial pois não são retirados do local conhecido e habitado por eles -, e orientação profissional para seu respectivo emprego. O programa continua em vigor até hoje e foi elogiado pela sociedade. De acordo com o site da prefeitura, o De

¹⁶ Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=165047> Acesso em: 10/06/2016

Braços Abertos conta com 466 beneficiários e desses, 88% afirmam terem reduzido o consumo da droga.

A prefeitura paulista adotou um modelo de redução de danos que foca em ajudar os usuários e não em recuperar a região. Mesmo que as consequências de uma ação de redução de danos sejam coletadas a longo prazo, através dos dados obtidos nos dois anos em atividade, foi mostrado que o De Braços Abertos gerou mais resultados que as ações diretas (como a Operação Sufoco realizada em 2012 com repressão e violência por parte dos policiais) já propostas pela cidade. Como disse a antropóloga Taniele Rui em um entrevista para o Jornal Folha de São Paulo:

A cracolândia anda. Talvez não fique sempre ali; pode se deslocar para outros espaços, como ela vem fazendo ao longo desses 20 anos: foi mudando de rua por ali. É um absurdo falar em eliminar a cracolândia. Ela resiste. É o que mostram esses 20 anos de história. Quanto maior a repressão, maior a resistência. Não se tira à força ninguém do espaço urbano. A cidade vai ter que conviver com ela, com seus usuários. Vai ter que entender que eles fazem parte da cidade e estão no único lugar que pode acolhê-los. É uma questão da metrópole, fruto de seus fluxos. (RUI, 2015)¹⁷

4.2.1 - Cracolândias carioca

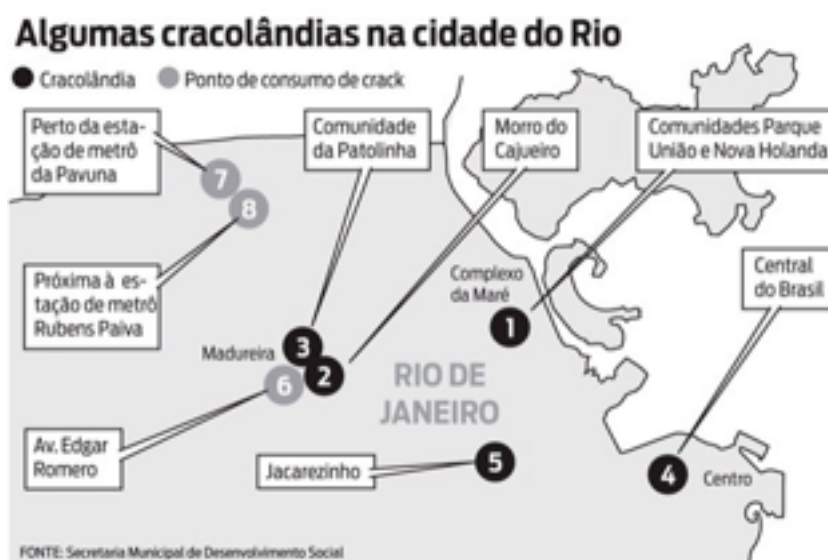
O crack demorou para chegar em terras cariocas, muito depois que em São Paulo, apenas por volta do ano de 2005. Os traficantes do Rio não queriam que a nova droga chegasse ao estado pois temiam os efeitos do crack nos seus clientes - usuários de outras drogas. Os comerciantes de drogas paulistas, que forneceriam para o Rio, optaram então pela venda casada: só vendiam cocaína junto com o crack. Assim os traficantes cariocas foram obrigados a comercializar o crack, o que deu início as regiões conhecidas como cracolândias.

Diferente da capital paulista, no Rio de Janeiro não há apenas uma região conhecida como a cracolândia, no lugar disso existem diversas pequenas cracolândias espalhadas pela cidade, geralmente localizadas no entorno ou no interior das favelas. Segundo Junior e

¹⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1579820-a-cracolandia-anda-nao-vai-acabar-afirma-antropologa.shtml> Acesso em: 10/07/2016

Cavalcanti, “as cracolândias cariocas são registradas no plural, e elas tendem a remeter aos espaços no interior ou ao redor de favelas”.¹⁸

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) ao jornal O Globo em 2012¹⁹, a cidade do Rio de Janeiro possuía 11 cracolândias e mais seis pontos itinerantes do consumo da droga naquele ano, dentre essas 11, as maiores estavam as localizadas no Jacarezinho, em Manguinhos e no Morro do Cajueiro, em Madureira. Desde 2012 a SMAS não realizou um segundo mapeamento do crack na cidade visto que o caráter itinerante das cracolândias aumentou com intervenções da prefeitura em políticas públicas - criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) - e em obras do PAC e construções para os Jogos Olímpicos de 2016. Na imagem abaixo²⁰ estão pontuadas algumas das cracolândias cariocas:



Com a instalação das UPPs no Jacarezinho e em Manguinhos um grande fluxo de usuários de crack se deslocou para a Avenida Brasil, na altura do Parque da União. Mas sendo a Avenida Brasil um local de muita visibilidade e trânsito de pessoas e carros, houve um deslocamento forçado pelas forças da prefeitura em direção a Rua Flávia Farnese, no Complexo da Maré, local que hoje se encontra uma das cracolândias cariocas. O mesmo

¹⁸ Disponível em: <http://aa.revues.org/561> Acesso em: 10/07/2016

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/usuarios-de-drogas-consomem-dia-e-noite-em-nova-cracolandia-no-rj.html> Acesso em: 10/07/2016

²⁰ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html> Acesso em: 11/07/2016

ocorreu em relação na Avenida Dom Helder Camara, em Del Castilho que também tem um grande fluxo de veículos, pessoas e atualmente é uma das cracolândias da cidade. As cenas de crack do Rio de Janeiro seguem em cunho itinerante, os usuários circulam entre pontos da cidade até o momento em que aquele lugar se torne desfavorável ou até o momento em que eles são expulsos de onde se abrigaram. Junior e Cavalcanti refletem o fenômeno itinerante das cracolândias do Rio:

[...] as cracolândias cariocas são também fenômenos que se mantêm além da cidade dita “pacificada”. Trata-se de fluxos consideráveis de usuários (estimados em centenas nos finais de semanas) que, expulsos de regiões em que se inicia o processo de “pacificação”, refazem suas rotinas e retomam os esforços territorializantes associados à prática constante do uso da droga em novos espaços. A própria itinerância dessas territorialidades acaba por produzir naqueles que antes se encontravam nesses locais (como moradores, comerciantes etc.) a sensação de que as cracolândias brotam rápida e espontaneamente em espaços intersticiais, quando o que se observa, no caso carioca, são deslocamentos de práticas, agentes, rotinas e sociabilidades ancoradas no uso do crack, para além das regiões em que vigora a política de “pacificação”²¹

4.3 - Análise de reportagens sobre o crack

O Dia, O Globo, A Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, quatro grandes jornais de capitais brasileiras e suas diferentes maneiras de informar sobre o crack. Para ilustrar a abordagem da droga pela imprensa, as reportagens são recentes (a mais antiga tem dois anos desde sua publicação) e tem temáticas próximas, inclusive duas das quatro matérias relatam um mesmo assunto dentro do universo da droga. Dessa maneira é possível perceber as nuances dos quatro veículos ao discutir sobre o crack, os usuários e a cracolândia.

Os jornais selecionados tem forte presença nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, locais onde o crack também é bastante presente.

4.3.1 - O Dia

²¹ Disponível em: <http://aa.revues.org/561> Acesso em: 11/07/2016

O Dia é publicado diariamente no Rio de Janeiro desde seu ano de lançamento, 1951. No início de sua história, o jornal tinha apelo popular com reportagens que exploravam mais os assuntos policiais e de violência. Na década de 90, o mesmo sofreu uma reforma estrutural para se tornar concorrente dos mais fortes jornais da época, Jornal do Brasil e O Globo. Hoje, como Editora O Dia, a empresa possui, além do jornal, canal online e canal de rádio e tv e um segundo jornal, o Meia Hora - que tem apelo mais popular. O jornal, dentre os selecionados, é o único direcionado para classe média baixa, o que não o diferencia na maneira de abordagem do crack dos demais jornais (de classe média alta) analisados.

Em 2014 o jornal carioca fez uma série de três reportagens intituladas *A fissura pelo crack*. Na primeira delas foi retratada a vivência dentro de uma cracolândia, suas regras e organizações; na segunda, falaram dos bebês, filhos de mulheres usuárias de crack, e as consequências do uso da droga na criança; e na terceira, exploraram o processo de recuperação de jovens menores de idade, ex-usuários, em clínicas de reabilitação. O propósito da série de reportagens trouxe um olhar mais humanizado, principalmente na primeira reportagem, *Cracolândia tem 'organização', regras e código de conduta*²² que mostra o universo e a funcionalidade da cracolândia.

Sem utilizar o formato padrão para começo de matéria jornalista, o lide, em *Cracolândia tem 'organização', regras e código de conduta* a reportagem se inicia e segue descritiva, com caráter narrativo: “(...) São 11h20, na Nova Holanda, Complexo da Maré, favela ocupada pelo Exército. A rua está cheia de gente, principalmente crianças. Numa tenda improvisada, dois casais sentados ao chão riem, visivelmente entorpecidos.”²³. Essa é uma matéria que se enquadra no gênero do jornalismo literário (ou *new journalism*) que tem por característica ser uma vertente mais livre na forma de ser escrita e mais humanizada no relato de notícias.

A reportagem traz um viés buscando desmistificar a cracolândia como um local sem leis e sem regras. O que é mostrado é que existe peculiaridades nos indivíduos integrantes

²² Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html> Acesso em: 11/07/2016

²³ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html> Acesso em: 11/07/2016

daquele local e no próprio lugar como um ambiente de convivência entre pessoas. “Se de longe são apenas um formigueiro de maltrapilhos, sem rumo, inaladores sem justificativa do vapor da cocaína, na grande angular nota-se uma lógica de convivência de comunidade.”²⁴, seguido a este parágrafo selecionado, a reportagem retrata os valores, modo e regras de consumo da droga. O que percebe-se através d’O Dia é que apesar de a cracolândia ser um ambiente indelicado ao convívio e a habitação de pessoas, ali criou-se uma sociedade particular na qual aqueles que estão inseridos entendem suas normas.

Apesar de o propósito na abordagem da reportagem ter difundido novos preceitos sobre a cracolândia, ainda observa-se uma ausência de informações no retrato dos usuários. A eles são dada voz apenas como forma de ilustração e ou afirmação de uma informação redigida pelo repórter. No parágrafo anterior a esta fala do usuário, ““Está vendo? São quatro, um para cada filho. É para lembrar deles, que ficaram com as mães””, conta X., que contraria o senso comum e mostra lucidez e consciência sobre sua própria realidade.”²⁵, é explicado o significado do cordão de chupeta que “X” carrega em seu pescoço, a chupeta representa o filho de “X”. Do usuário apenas se obteve essa informação, o significado de seu acessório, sem traçar um perfil sobre ele. Esse tipo de abordagem pouco aprofundada aos usuários é recorrente ao longo da matéria.

Além da fala dos habitantes da cracolândia, aparecem dois relatos, um de Diana Ribeiro, psicóloga e coordenadora do Projeto Proximidade - projeto da prefeitura carioca com atuação nas pessoas que vivem em situação de rua nas cracolândias -, e o outro, do secretário nacional de políticas sobre drogas. Ainda que interessante a fala de ambos, seus discursos são os únicos de não usuários de crack em toda a reportagem. Dessa maneira, mesmo que trazendo novos questionamentos e olhares sob a cracolândia e os usuários, a reportagem perde na ausência de pluralidade de vozes, perde na ausência de opiniões diferentes que promovam debates e prolonguem os diálogos.

²⁴ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html> Acesso em: 11/07/2016

²⁵ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html> Acesso em: 11/07/2016

A matéria contém também foto de um dos personagens do texto, uma imagem mapeando as cracolândias cariocas e um vídeo com demais fotos da cracolândia junto a uma música com ritmo do funk brasileiro e vozes de pessoas, falas, sem diálogo.

4.3.2 - Folha de S.Paulo

A Folha de S.Paulo é um dos maiores jornais do Brasil, direcionado para o público de classe média e alta. Foi fundado em 1921, mas, na época, como Folha da Noite. Passados quatro anos, os mesmos donos do Folha da Noite criaram o Folha da Manhã, e o Folha da Tarde surgiria 24 anos mais tarde. Em 1930, com a Revolução de 30 e ascensão de Getulio Vargas ao governo do Estado, os dois primeiros jornais Folhas foram vendidos, tiveram seus estabelecimentos destruídos, mas se mantiveram publicados e como publicações de oposição. Apenas no ano de 1960 os jornais se unificaram em um, na Folha de S.Paulo. O jornal hoje é uma das principais publicações da capital paulista, faz parte do Grupo Folha que possui inúmeros outros jornais, além de editora, canais na internet, gráficas e empresas de logística.

Em abril de 2015 a prefeitura paulista iniciou uma operação de retirada dos barracos - conhecidos como “favelinhas” - da cracolândia paulista, gerando reação e revolta por parte dos usuários, donos dos barracos. A ação da prefeitura buscava forçar a aderência dos usuários ao programa De Braços Abertos (em vigor desde 2014, produziu resultados positivos, como a redução da criminalidade e a diminuição do fluxo de usuários na cracolândia) que disponibiliza um quarto de hotel na região, além de emprego e refeições. Após esse episódio, a Folha de S.Paulo publicou algumas matérias relacionadas a cracolândia, decorrentes do acontecido e outras sem associação direta ao episódio, mas relacionada a cracolândia, como é o caso da matéria *Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995*²⁶.

Esta reportagem trata a cracolândia como a principal personagem da matéria, tanto na maneira de se referir a ela como no conteúdo, pois é enfatizado, ao longo do texto, o fato de que a cracolândia completou 20 anos de existência no ano de 2015. A abordagem da

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml> Acesso em: 11/07/2016

cracolândia como personagem foi realizada através da comparação de fatores históricos da vida dos usuários entrevistados, com momentos da permanência da crackolândia na região e com o início do uso do crack na cidade de São Paulo. Devido a uma narrativa mais histórica e menos noticiosa, em *Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995* há a criação de breves perfis sobre os usuários e ex-usuários retratados, abrindo o campo de informações sobre os personagens, humanizando-os, indo de encontro ao estereótipo e os reconhecendo como indivíduos, com memórias e relatos pessoais. A criação destes breves perfis pode ser observada nos trechos abaixo:

Sílvia Regina Ferreira [...]. Presa em 1976, por assassinato e ocultação de cadáver, saiu da cadeia em 2000. Crescera na Boca do Lixo e foi para lá que voltou. Desempregada, aceitou o convite de uma conhecida dos tempos de prisão. Foi parar em uma fazenda em Mato Grosso, onde a droga era feita e depois mandada para São Paulo. Voltou depois de seis meses, viciada.²⁷

[...] Keiti Vilela da Silva. Criada na Barra Funda, mudou-se de vez para a região também em 1990. Tinha então 13 anos. Estava apaixonada pelo homem que seria pai de três de seus 12 filhos. E pelo crack. "Joguei tudo para o alto e fui pra vida do crime", afirma.²⁸

Além da matéria escrita, a reportagem também é composta por um documento audiovisual da TV Folha - o canal audiovisual da Folha de S.Paulo na internet com atualizações semanais, complementares ou não as reportagens que saem no jornal. A TV Folha é reconhecida pela sua edição mais sensível ao que existe no telejornalismo, com muito uso de música e sem voz em off do repórter, todas as vozes utilizadas para a reportagem são dos personagens.

A TV Folha traz novas vozes para a *Cracolândia, 20: área de consumo livre da droga se popularizou em 1995*. No documento em vídeo há o relato de três usuários, não identificados, sobre o episódio de retirada de suas posses pela prefeitura paulista; há os personagens da matéria escrita (usuários e ex-usuários) que falam um pouco de si e do programa De Braços Abertos; dois psiquiatras e a secretária de assistência e desenvolvimento social da prefeitura de São Paulo. Os profissionais de saúde e a secretária

²⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml> Acesso em: 11/07/2016

²⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml> Acesso em: 11/07/2016

abordam o problema da crackolândia e de seus frequentadores na esfera social e estrutural, na forma em que a cidade (e o país) tratam o problema do vício e das condições do viciado, como no depoimento da Lucia Temer, a secretária de assistência e desenvolvimento social, sobre a internação dos usuários, para ela a internação funciona quando o usuário tem o apoio da família, mas caso contrario ela afirma que:

O que nós vemos lá na região da luz são pessoas que foram internadas três, quatro, cinco vezes [...]. Se ele tem família, pode voltar para a família, mas uma boa parte não tem. Se ele não tem [...] ele volta para o local que ele conhece, que é a rua, que é o tráfico.²⁹

Todos os relatos são acompanhados de músicas brasileiras e imagens fortes da região da crackolândia paulista, ao longo de todo o vídeo.

4.3.3 - O Estado de S.Paulo

O Estado de S.Paulo é um dos mais influentes jornais brasileiros contemporâneos. Foi fundado em 1875 com o nome de A Província de São Paulo, mas apenas 15 anos depois, em 1890, o jornal recebeu o seu nome atual. O Estadão - como também é conhecido - é um dos poucos jornais do país com forte e declarada orientação política: é de direita, defende o conservadorismo político e o liberalismo econômico. O jornal inclusive, em suas publicações, já manifestou explicitamente o apoio a candidaturas políticas, o que é raro na mídia brasileira. Seu público é composto por pessoas da classe média e alta. O Estado de S.Paulo faz parte do Grupo Estado que detém controle de rádios e da Agência Estado, a maior agência de notícias do Brasil.

O Estadão tem uma maneira diferente de abordagem do crack e de seus usuários, principalmente quando comparado a Folha de S.Paulo e ao jornal O Dia. Em suas reportagens os usuários, em geral, não são retratados diretamente e poucas vezes são personagens, o viés da matéria costuma ser mais político do que social, há presença constante de ações da prefeitura e do governo paulista frente ao crack, assim como dados e

²⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629910-area-de-consumo-livre-da-droga-cracolandia-se-popularizou-ha-20-anos.shtml> Acesso em: 11/07/2016

informações numéricas sobre a drogadição. As matérias costumam ser menos pessoais e mais estatísticas.

Considerando essa forma de abordagem do Estado de S.Paulo foi selecionado uma matéria para análise que discute os usuários, assim como nas matérias analisadas pelos outros veículos. *A cada 16h, cracolândia tem 1 internação à força*³⁰ foi publicada em agosto de 2015, contextualizada no período de dois anos e meio de existência do serviço de internação compulsória ou involuntária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - o Cratod. A internação forçada - com ou sem o pedido da família - já ocorria no estado de São Paulo, porém, nesse caso foi uma ação adotada pelo governo paulista em parceria com o Ministério Público, o Tribunal da Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo o site do governo do estado de São Paulo³¹ a parceria com os três órgãos permite um melhor cumprimento da lei da internação compulsória, como divulgado no site:

[...] o Estado de São Paulo viabilizou uma parceria inédita no Brasil entre o Judiciário e o Executivo, entre médicos, juízes e advogados, com o objetivo de tornar a tramitação do processo de internação compulsória (já previsto em lei) mais célere, para proteger as vidas daqueles que mais precisam. [...] O que o Estado está fazendo, em parceria com o Judiciário, é aplicar a lei para salvar pessoas que não têm recursos e perderam totalmente os laços familiares. Essas pessoas estão abandonadas, e é obrigação do Estado tirá-las do abandono. A presença do Judiciário vai aumentar as garantias aos direitos dos dependentes químicos.

A reportagem é dividida em dois momentos, o primeiro retrata a experiência de familiares que tiveram seus parentes internados no Cratod e o segundo demonstra o ponto de vista de especialistas sobre o serviço do governo. Nesse primeiro momento, no relato de familiares são apresentados dois casos de usuários de drogas: o filho de Janicleide Araujo e o filho de Samuel de Paula. Sobre ambos as informações obtidas foram através de seus pais, sem o contato direto com nenhum dos dois usuários, Janicleide e Samuel, os pais, é que são os personagens apresentados.

³⁰ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³¹ Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660> Acesso em: 11/07/2016

Sobre o filho de Samuel, há a informação de que ele foi internado duas vezes e o depoimento do pai: “Eu tinha esperança de que essas internações iam resolver o problema. Ele chegou a arranjar um emprego, mas tivemos um problema na família e ele voltou para as drogas”.³² As informações sobre o filho de Janicleide também são vazias, através do depoimento da mãe, sabe-se que “Ele fugiu duas vezes das clínicas e, nas outras, ficava pouco tempo internado. O tratamento era bom, mas ficava um mês e já tinha alta, bagunçava a cabeça dele”.³³ É perceptível que a abordagem do Estadão não busca se aprofundar nos usuários.

Além do depoimento de Janicleide e Samuel sobre seus filhos e suas experiências com o serviço do governo, há a divulgação de dados - característico das reportagens d’O Estado de S.Paulo - sobre a ação: “Nos cerca de dois anos e meio do serviço, um usuário foi internado à força a cada 16 horas”³⁴, “1.378 pessoas foram enviadas para clínicas de reabilitação contra a vontade.”³⁵, “ foram realizadas 8.792 internações voluntárias, nas quais há o consentimento do dependente, totalizando 10.155 atendimentos.”³⁶. É notável que mesmo existindo um foco no caso dos usuários (a reportagem pode até ter se iniciado a partir desse assunto) ela não é sobre eles, mas sim sobre a intervenção do governo.

No tocante a reflexão dos especialistas, houve um sortimento entre professores da Universidade de São Paulo (USP) e psiquiatras. Os primeiros com opiniões contrárias a ação do governo e os psiquiatras com argumentos justificativos a ação. A fala dos psiquiatras na reportagem é mais longada do que as do professores, os psiquiatras tem em suas aspas a reflexão concluída, do início ao final da frase, como observado:

³² Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³³ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³⁴ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³⁵ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³⁶ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

É preciso dissipar a ideia de que a gente só interna. Não é verdade. Nós temos uma linha de cuidado com etapas de reinserção, assistência social, apoio à família. Só que muitos dependentes são doentes crônicos graves e precisam, eventualmente, ir para clínicas de desintoxicação³⁷

No caso dos professores, suas atas estão fragmentadas, não estão com os pensamentos concluídos, como por exemplo: “Uma internação para cada dois atendimentos é um número muito alto”³⁸. Essa estratégia utilizada pelo Estadão pode significar o ponto de vista do jornal quanto ao caso, já que o jornal optou por ampliar as opiniões favoráveis e que justificam a ação do governo, enquanto as opiniões contrárias, que são opostas ao governo e ao editora do jornal, tiveram menos espaço na reportagem.

4.3.4 - O Globo

Fundado em 1925 por Irineu Marinho, o jornal O Globo é um dos principais jornais cariocas, integrante do Grupo Globo - um dos maiores conglomerados midiáticos do Brasil - junto com a TV Globo (mídia também muito influente em todo o país), outros canais de televisão, canais na internet, rádio e outras empresas de mídia impressa. Apesar de ter sido fundado por Irineu, o grande ícone do jornal foi Roberto Marinho, filho de Irineu, que assumiu o cargo de diretor cinco anos após a morte de seu pai, em 1931. Roberto permaneceu diretor até o ano de sua morte, 2003. O Globo é voltado para a classe média alta.

O jornal é historicamente marcado por ter apoiado o regime ditatorial do Governo Militar. Apenas no ano de 2013, em meio ao movimento de protestos e manifestações que surgiu por todo o Brasil em junho do mesmo ano, o veículo reconheceu como erro o apoio dado a ditadura. Os canais midiáticos do Grupo Globo foram criticados pela sua cobertura jornalística dos eventos de Junho de 2013 e seu apoio ao golpe de estado de 64 ficou em voga durante as manifestações.

³⁷ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

³⁸ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-16h--cracolandia-tem-1-internacao--a-forca,1753034> Acesso em: 11/07/2016

Assim como na matéria escolhida para análise do jornal Folha de S.Paulo, a reportagem do O Globo enfatiza o programa do governo paulista De Braços Abertos, mas a partir de um novo questionamento: o das mães usuárias de crack. Publicada em junho de 2016, a matéria *Pesquisa revela que 73% dos usuários de crack têm pelo menos um filho*³⁹ ressalta a divulgação de uma pesquisa, lançada no mesmo mês da publicação, também sobre o programa, divulgando dados que mostram que 73% dos usuários favorecidos pelo De Braços Abertos tem filhos e que 5% das usuárias, também do programa, estão grávidas.

Ao longo da reportagem O Globo entrevista duas usuárias que tiveram seus filhos retirados dos cuidados delas pelo governo. A forma de tratamento em relação ao caso de ambas as mulheres contribuiu com a desmitificação das mães usuárias pois o jornal as ouve e descreve como mães antes de trata-las como usuárias. Nesse trecho, já do começo da reportagem, é possível notar a descrição como mãe antes de descreve-la como usuária:

O choro e os soluços duraram meia hora até que Andrea Francisco, de 44 anos, pudesse nomear a dor: Pedro, de 4 anos. Excessivamente magra, Andrea guardava na manga da blusa o cachimbo que causou sua separação do menino de cachinhos loiros.⁴⁰

Apesar de expor a delicadeza do assunto, o cuidado que é necessário para que as crianças sejam protegidas, e as ações que devem ser tomadas pelo governo para isso, o olhar da mãe está presente na reportagem. É possível notar a dualidade do enfoque jornalístico no seguinte trecho:

Juridicamente, a condição de mães usuárias de crack é muito delicada. Se por um lado é importante manter o vínculo com os filhos — o que pode ajudá-las a abandonar as drogas — por outro o poder público tem obrigação de garantir a segurança e o bem-estar das crianças. As duas condições — a de usuárias da droga e a de mães — podem ser excludentes.⁴¹

Entretanto, há uma perda no relato da reportagem pela falta de associação entre os depoimentos presentes na matéria. Além das duas usuárias - Andrea e uma segunda que

³⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-revela-que-73-dos-usuarios-de-crack-tem-pelo-menos-um-filho-19555673> Acesso em: 11/07/2016

⁴⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-revela-que-73-dos-usuarios-de-crack-tem-pelo-menos-um-filho-19555673> Acesso em: 11/07/2016

⁴¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-revela-que-73-dos-usuarios-de-crack-tem-pelo-menos-um-filho-19555673> Acesso em: 11/07/2016

não foi identificada -, há uma socióloga e uma psiquiatra. Não existe, contudo, nenhuma relação direta entre essas quatro pessoas. A pesquisadora e a profissional de saúde estudam as mães usuárias de drogas, mas não são vinculadas ao programa da prefeitura paulista e portanto, não convivem com as personagens da reportagem.

5 - CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto no trabalho, percebe-se que o trato ao usuário de crack por parte da sociedade sofre influência de diversos canais e um deles é a mídia impressa. Como grande parte da população não convive diretamente com dependentes químicos, a mídia - entende-se como todas as formas de mídia, do jornal até a internet - é um instrumento de representação dos usuários. Essa representação, no entanto, está associada a interesses privados - pois os meios de comunicação, apesar de serem veículos de informação, também são empresas com fins lucrativos - que podem induzir no retrato dos usuários de crack. A imprensa tem forte poder sobre a sociedade, por isso, sendo o principal canal de abordagem dos usuários é importante ter cuidado com a maneira pela qual será feita essa abordagem, visto que já existem estereótipos de violência e degradação associados a eles.

O estereótipo traçado do usuário de crack e o tratamento da sociedade em relação a ele estão relacionados ao modo de vida contemporâneo: somos reféns do consumo e do medo. O medo é propagado para nos fazer consumir cada vez mais, consumir em busca de segurança. Consumimos também para nos afirmarmos como cidadãos do mundo. O usuário de crack não consome, não se percebe cidadão social, sendo inclusive usado como objeto de medo, alguém que causa medo.

A preconceção sobre serem pessoas violentas criou estigmas sobre os usuários. Através de análise histórica, é possível verificar que estigmas referentes a substâncias ilícitas sofrem mudanças através do tempo. No caso do Brasil, por exemplo, ocorreram muitas alterações legislativas e também na opinião pública sobre as drogas. O modelo de criminalização brasileira se transformou à medida em que o país mudava seu paradigma: antes influenciado por Portugal, depois e até hoje, pelos Estados Unidos.

Sobre o tratamento da imprensa aos usuários de crack na contemporaneidade, através da breve análise de reportagens realizada no trabalho, vemos que apesar do estigma socialmente estabelecido, há um esforço dos jornais em trabalhar o aspecto humano nas reportagens e ir além do lugar comum do dependente químico e morador de rua. É fundamental ressaltar que apesar desse esforço, ocorre uma carência na pluralidade de depoimentos nas reportagens, por isso a imprensa não desperta um debate social, incluindo a opinião dos demais setores da sociedade nesse diálogo.

Por fim, quem sabe como perspectiva para estudo futuro, é proposta uma análise da cobertura midiática sobre o crack e seus usuários em diferentes veículos, como em telejornais, revistas e canais de mídia alternativa na internet. O que permitirá uma melhor compreensão do retrato realizado aos dependentes de crack.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações Impressas

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007

_____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005

HART, Carl. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005

ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1994

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985

BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**. In.: Revista Brasileira de Ciências Criminais. Número 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

Publicações on-line

Agência de Notícias dos Direitos da Infância, & Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. **Mídia e Drogas: O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira**. Brasília, DF: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2005. Disponível em <<http://>

www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasi> Acesso em: Julho de 2016

GLASSNER, Barry. O Povo: Desconstruindo o medo. OPovo Online, 18 jan. 2008

Disponível em: <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1495&Itemid=29> Acesso em: Julho de 2016

RUI, Taniele. A cracolândia muda, não deve acabar, afirma antropóloga. A Folha de

S.Paulo. São Paulo, São Paulo, 25 jan. 2015 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1579820-a-cracolandia-anda-nao-vai-acabar-afirma-antropologa.shtml>> Acesso em: Julho de 2016

II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) - 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014 <<http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In: Estudos Avançados (21), São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

JUNIOR, Heitor Frúgoli; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândias(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: Anuário Antropológico [Online], II, Brasil, 2013. Disponível em: <<http://aa.revues.org/561>> Acesso em: Julho de 2016

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. In: Rev Saúde Pública 42, Brasil, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n4/6645.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

NAPPO, Solange Aparecida. Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS. CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas

Psicotrópicas, São Paulo, 2004. Disponível em <<http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/06/Usuarias-de-crack-CEBRID.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.neip.info/downloads/Taniele_Rui_Tese.pdf> Acesso em: Julho de 2016

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Drogas e Cárcere: a repressão às drogas e o aumento da população penitenciária brasileira*. In: *Reformas a las leyes de drogas en América Latina*, 2010. Disponível em <<http://www.wola.org/sites/default/files/downloadable/Drug%20Policy/2011/6-3/sistemas%20sobrecargados%20-%20completo%20brasil.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

NOTO, Ana Regina; BAPTISTA, Murilo C.; FARIA, Silene T.; NAPPO, Solange A.; GALDURÓZ, José Carlos F.; CARLINI, Elisaldo A. *Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas*. In: *Cad. Saúde Pública*, 19(1):69-79, jan-fev, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14906.pdf>> Acesso em: Julho de 2016

Sites consultados

<http://oglobo.globo.com/>

<http://www.folha.uol.com.br/>

<http://odia.ig.com.br/>

<http://www.estadao.com.br/>

<http://www.capital.sp.gov.br/>

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>

<http://www.senado.gov.br/>

<https://www.facebook.com/>

